

RESENHA:

MATTEI, CLARA. A ORDEM DO CAPITAL: COMO ECONOMISTAS INVENTARAM A AUSTERIDADE E ABRIRAM CAMINHO PARA O FASCISMO. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2023.

VINÍCIUS GERBASI²⁰

“Há uma guerra de classes, tudo bem, mas é a minha classe, a classe rica, que está fazendo a guerra, e nós estamos ganhando.”

Warren Buffet

“Mesmo que os economistas e os técnicos conhecessem o remédio secreto, não poderiam aplicá-lo até que tivessem persuadido os políticos; e os políticos, que têm ouvidos, mas não olhos, não atenderão à persuasão até que ela reverbere para eles como um eco do grande público.”

John Maynard Keynes

Desde a ascensão da extrema direita no mundo todo surgiram estudiosos dedicados à sua investigação, relacionando-a ao fracasso do neoliberalismo e ao sistema político e representativo das democracias burguesas ocidentais. Há, entretanto, um pilar de sustentação das sociedades neoliberais: a política de austeridade, praticada e difundida por todos os países do Ocidente. É para explicar as origens e causas da austeridade que o livro de Clara Mattei, *A Ordem do Capital*, contribui.

A proposta e hipótese original de Mattei é compreender a trajetória e o significado da austeridade - que se seguiu, a partir dos anos de 1970-1980, com máximo rigor e muitas resistências, por uma série de reformas econômicas e privatizações, - e o modo como foi implementada tanto em sistemas políticos autoritários quanto em democracias liberais. Observadores e comunidade internacional, entre eles financistas, bancos e ministros avaliam um governo totalitário como o fascismo, “apenas em termos do seu desempenho económico” (p.358), não importando por quais meios atinge-se certos fins.

A austeridade pode ser entendida como: “um conjunto de barreiras fiscais, monetárias e industriais de uma economia, que garanta a “santidade” destas relações sociais (p.17).

²⁰ UNESP.

Portanto

O momento da invenção da austeridade reflete as suas motivações animadoras. De maior importância do que a suposta eficácia económica da austeridade foi a sua capacidade de proteger as relações capitalistas de produção durante um período de organização social sem precedentes e de agitação pública por parte das classes trabalhadoras (p. 17).

O livro, ao tratar a questão da austeridade a partir do interesse do capital, distancia-se de alegações como as de “falência do político” e da falaciosa separação entre economia e política; a primeira captura continuamente a segunda e impõe-lhe instrumentos de política econômica, como circulação da moeda, taxa de juros e de câmbio e inflação. O objetivo é garantir a riqueza acumulada dos mais ricos e a acumulação do capital, garantindo investimentos privados e lucros.

A leitura não é dirigida apenas à economistas, mas àqueles que não se deixam enganar por economistas e por suas ideias dogmáticas e supostamente irrefutáveis. Face ao pensamento econômico hegemônico, o livro dá certo alívio num ambiente caracterizado por análises e discurso econômico obstinados e sufocantes.

Engana-se, portanto, aqueles que pensam que a austeridade é um problema técnico, pois é, inicialmente, sociopolítico de distribuição de riqueza e, por outro lado, um mecanismo político contemporâneo. A autora persegue a história política e econômica para demonstrar em suas causas e origens, que a austeridade não consiste nem numa ideia e prática nova, nem numa questão de contabilidade social e nacional. Assim, as explicações do livro refutam a tradição liberal ortodoxa e abrem uma perspectiva teórica pela sua interpretação significativa, por duas razões: pela análise histórica e documental e pela relação de colaboração e assistência, entre liberais e fascistas. É notório, como demonstra Mattei, a leniência e benevolência pela qual foi tratada o fascismo por banqueiros, diplomatas e políticos britânicos em relação aos excessos cometidos por um Estado violento, pois eles poderiam justificar-se pela economia.

A história da austeridade vai além das décadas de 1970-1980, pois é anterior, remontando-a ao começo do século XX, brevemente interrompida pelas políticas keynesianas a partir do pós-guerra, e praticadas por países de sistemas políticos-representativos antagônicos, fascistas na Itália e tradição liberal na Grã-Bretanha, fiéis parceiros na empreitada da austeridade; por bancos privados e comerciais e depois por Bancos Centrais e Tesouro dos governos. A Inglaterra concedeu empréstimos financeiros à Itália e monitorava constantemente suas finanças e política monetária.

O livro tipifica três grandes pilares norteadores da austeridade, a “trindade da austeridade”, segundo Mattei, imperativo para reproduzir e revigorar sistematicamente a ordem do capital - desde seu surgimento até os dias atuais - são eles: fiscal, monetária e industrial. São, grosso modo, políticas que promovem recessões, cortes e redução orçamentária, bem como a não depreciação da moeda, beneficiando sobretudo os ricos e, por outro lado, uma depreciação produtiva e industrial, promovendo reduções salariais, menor consumo e repressão à sindicatos e greves. O reembolso da dívida, a taxa de câmbio e o controle da inflação, bem como orçamentos enxutos cumprem com objetivo fundamental: domar o conflito de classes, “essencial para a reprodução contínua do capitalismo” (p. 23).

Visto desta maneira, ao abordar o conceito austeridade e subdividi-lo nas três formas descritas, contribui fundamentalmente à compreensão da função social da austeridade dentro do capitalismo, qual seja, domar o conflito de classes que se dá, para além e aquém, da luta direta entre classes sociais, manifestadas nos conflitos mais visíveis entre capital e trabalho, mas e, principalmente, sobre os mecanismos de controle monetários e fiscais embarcados nas relações de produção capitalista.

A separação entre economia e política, cuja origem remete-se entre os economistas neoclássicos, consiste num instrumento para efetuar, no plano epistêmico, uma ciência econômica pseudocientífica, e supostamente neutra e salvaguardada da dimensão política. Essa ciência econômica, exprimiria, tão somente, leis imutáveis inscritas na realidade social.

As fontes e documentação históricas são resgatadas de correspondências entre Inglaterra e Itália; representantes de bancos ingleses e autoridades políticas, presidentes do Tesouro e Banco centrais e Ministros; além de jornais como Economist e Financial Times, abertamente favoráveis ao regime de político de Benito Mussolini, sobretudo em razão de sua intolerância contra o socialismo e “contra a insubmissão revolucionária” e por garantir investimentos e lucros ingleses naquele país.

A manobra intelectual aqui era explícita: as considerações económicas e políticas eram domínios de julgamento separados e distintos - e desiguais. Por mais desconfortável que fosse um cenário político autoritário, era o necessário para alcançar o sucesso económico (p. 347)

Aí, portanto, reside uma enorme contribuição teórica do livro: baseada na análise da história econômica, a autora demonstra que a austeridade foi implementada na Itália, ao modo inglês, sob o fascismo de Benito Mussolini, e com apoio financeiro e político dos ingleses. Segundo o código penal, reformado no período do fascismo italiano, era

necessário que se observe e se faça cumprir “supressão dos elementos subversivos” (p. 345). Isso permite uma abordagem única cujo enfoque, até então pautado a partir da década de 1970, ponto histórico de potência e aprofundamento da austeridade, principalmente nos países ocidentais e, conseqüentemente, das privatizações de empresas públicas. Isso demonstra a relação, da qual estava consciente a comunidade internacional, entre a ordem do capital e necessidade de um Estado autoritário e violento e, por conseqüência, ataques à opositores, fraudes eleitorais, intimidações e expulsão de socialistas da burocracia estatal, de cargos políticos e até mesmo assassinatos contra aqueles que se opusessem à acumulação do capital, num contexto histórico decisivo no qual a crise econômica do pós-guerra primeira-guerra e o movimento dos trabalhadores ameaçavam as relações sociais capitalistas.

Desse modo, e diferentemente do livro de Mark Blyth, “austeridade: a história de uma ideia perigosa”, cujo enfoque se dá pela abordagem sobre o entendimento da austeridade e suas conseqüências trágicas à sociedade, Mattei, ao explicar suas causas e origens, e ao empregar a perspectiva histórica para mostrar a relação entre austeridade e capital, consegue demonstrar a rendição da política internacional, bem como a seleção de um conjunto de ideais econômicas, para a manutenção da ordem do capital; refutando quaisquer argumentos que vise trata-la como fenômeno apolítico, e que relacione-a à tipos de sistemas políticos específicos.

Em sistemas políticos liberais ou autoritários, tanto no passado quanto atualmente, a austeridade, o que existe em comum nestes dois sistemas, quando o objetivo é a acumulação do capital, buscará assegurar a existência do capitalismo, em tempos de crise e de recessões econômicas, e sólidas bases das relações de produção, isto é, a propriedade privada, a dominação dos conflitos salariais, a criação de um Estado psíquico-ideológico entre trabalhadores sobre o “realismo” capitalista. Por outro lado, o uso do emprego da política monetária e fiscal para a manutenção dos lucros da classe proprietária dos meios de produção, frente às ameaças do sistema. Assim em sistemas totalitários e ou liberais, a teoria econômica da austeridade, fez nada mais do que garantir a dinâmica da acumulação e a continuidade perpétua do capitalismo, onde ele pôde ser ameaçado, por forças políticas, sindicatos, trabalhadores organizados e intelectuais.

A ocultação, de políticos e economistas ingleses, sobre o autoritarismo do fascismo italiano, mostra que, na visão deles, toda violência e ausência de liberdade e direitos políticos foram justificáveis para subjugar a classe trabalhadora e para reestabelecer a ordem. O sucesso do governo italiano em respeitar às regras internacionais, acumulando divisas via exportação, garantindo o pagamento das dívidas externas e estabilizando suas

finanças, foi reconhecido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos a partir da chegada de Mussolini ao poder, em 1922, os quais intensificaram seus investimentos financeiros. Ao fim e a cabo, economistas fascistas e liberais concordavam nesse ponto: a necessidade de um Estado forte e autoritário. A existência necessária de um Estado forte onde quer que exista e existiu o capitalismo, como a independência dos Bancos Centrais, foi crucial para perseguir os objetivos do capital para a remuneração/premiação do capital via títulos da dívida pública.

Assim também foi importante a criação de uma tecnocracia e da “neutralidade” de instituições e de políticas econômicas e de uma Ciência econômica livres e “descontaminadas” de ideologias. Isso é fundamental para entender velhas proposições e ideias rotuladas como “novas”. No Brasil, o objetivo da “autonomia” do Banco Central, que pôde ser concretizado através de lei, sancionada em 2021, que lhe concede maior poder de influência do capital, enfraquecendo o Estado de desenvolver o mecanismo de política monetária, essencial para o desenvolvimento econômico e social. Assim, teoria e prática unem-se para o disciplinamento dos governos e da classe trabalhadora.

Se, a austeridade dobrou a aposta desde a crise financeira de 2008, embora revertida momentaneamente na pandemia, pelo aumento de gasto público na área social e econômica, ela não pode resolver problemas crônicos como crises sistêmicas e recorrentes do capitalismo que desencadeiam desemprego e acentuação das desigualdades sociais. No entanto, enquanto elemento de disciplinamento, ela garante a acumulação à custa de estagnação econômica. Até quando poderão os governos utilizá-la como instrumento de manutenção dos lucros, para restabelecê-los, por meios violentos e impopulares, sem que se instale uma convulsão social?

Na esteira das crises, transformadas em recessões permanentes e, portanto, de queda acentuada na arrecadação do Estado, a disputada pelo excedente social torna-se cada vez mais acirrada. Tomar a austeridade como medida para salvar e/ ou alavancar as engrenagens da produção e do emprego é contraproducente e apenas agrava a situação política, social e econômica. A história demonstra que a saída das crises faz-se combatendo deliberadamente a desigualdade social e protegendo e garantindo os direitos e salários dos trabalhadores, responsáveis pela riqueza produzida.

REFERÊNCIA

MATTEI, Clara. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo.